

CONTRATO Nº : 009/2022

Processo nº.: 01.22.772

P.B.H. - ATIVOS S/A
REGISTRADO

Livro nº 02 - Reg. nº 060/2022

Fis.: 55

18/08/2022

Contratação de empresa para prestação de serviços comum de engenharia para levantamento dos quantitativos e preços para obras de reforma e requalificação do Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Aquário do Rio São Francisco e Parque Ecológico da Pampulha, que compõem o Complexo da Pampulha, originário da Dispensa de Valor nº 010/2022, que celebram a **PBH ATIVOS S/A** e a empresa **OPC ENGENHARIA EM ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS LTDA.**

A **PBH ATIVOS S/A**, Sociedade Anônima de capital fechado, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede a Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte/ MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pelo seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 063.178.506-07, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **OPC ENGENHARIA EM ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: 10.884.194/0001-99, estabelecida na Rua Turquesa, nº. 494, sala 306, Bairro Prado, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.411-177, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº: 10.884.194/0001-99, neste ato representada por seu sócio/diretor, Andrea Luisa Ribeiro de Menezes, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº: 002.283.516-42, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº 010/2022 - processo administrativo nº 01.22.772, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

1.1. Prestação de serviço comum de engenharia para levantamento dos quantitativos e preços para obras de reforma e requalificação do Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Aquário do Rio São Francisco e Parque Ecológico da Pampulha, que compõem o Complexo Pampulha.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 006/2021 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste CONTRATO será de 04 (quatro) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou alterado nos termos da lei, em especial, dos arts. 71, 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2. O serviço será executado no prazo de até 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato.

3.3. Os prazos de vigência ou de execução poderão ser alterados nos limites da legislação e das normas internas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto se dará na forma prevista no art. 121 do RILC da PBH Ativos (IN 006/2021).

4.2. O recebimento do objeto se dará:

4.2.1. Concluída a execução do serviço do contrato, o objeto contratual será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato, mediante termo de recebimento provisório, se couber, para efeito de posterior verificação da sua conformidade;

4.2.2. Eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos.

4.2.3. Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do contrato, será realizado o recebimento definitivo pelo Fiscal do contrato com a lavratura do termo de recebimento definitivo, se couber, após o qual a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

4.2.4. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

4.2.5. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Diretoria Executiva da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 37.395,06 (trinta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e seis centavos), apurado como menor preço, aferido de forma global, para o período de vigência deste contrato.

5.2. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal, bem como, entregá-la até 1 (um) dia após sua emissão.

6.2. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo fiscal do contrato previamente designado pela Contratante em publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

6.3. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 20 (vinte) dias contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura entregue, conforme consta no subitem 6.1.

6.4. A Contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

6.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECURSO FINANCEIRO

7.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.



CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

8.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

8.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que deve vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

8.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - A partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, TR e respectivos anexos, bem como o disposto na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e

- seus anexos, em cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016;
- II. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como eventual perda de pressupostos para a participação de licitação;
 - III. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;
 - IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
 - V. Manter um canal de atendimento com a CONTRATANTE;
 - VI. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
 - VII. Alocar recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;
 - VIII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a PBH Ativos, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade;
 - IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
 - X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar na regular execução do contrato, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.
 - XI. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a ser serviço, surgidos no decorrer do contrato, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
 - XII. A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, solicitação da CONTRATANTE decorrente de correção do serviço que se fizerem necessários.
 - XIII. A CONTRATADA poderá solicitar reunião a qualquer momento, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do contrato.
 - XIV. A CONTRATADA deverá indicar formalmente, um de seus funcionários para atuar como gestor do contrato junto a CONTRATANTE. Este preposto será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar

relatórios, se necessários, participar de reuniões com a CONTRATANTE e dirimir dúvidas ou questões que necessitam de correção.

- XV. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE dos quais venha a ter acesso durante a execução do contrato.
- XVI. Comprovar a capacitação e a regularidade do preposto alocado, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;
- XVII. Garantir a observância das disposições deste contrato e da legislação vigente pelo preposto, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelo preposto à PBH Ativos S.A. ou terceiros;
- XVIII. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de preposto, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que o novo preposto atenda ao disposto no contrato.
- XIX. Substituir o preposto, caso eventualmente requerido pela CONTRATADA de forma motivada.
- XX. Garantir que o preposto, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do contrato.
- XXI. Arcar com todos os custos relacionados aos prepostos, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e treinamento.
- XXII. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação.
- XXIII. **A CONTRATADA não poderá participar, direta ou indiretamente, da futura licitação de concessão de bem público visando a gestão, reforma, requalificação, manutenção e demais serviços associados do Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Aquário do Rio São Francisco e Parque Ecológico da Pampulha a ser realizada pelo Município de Belo Horizonte.**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Designar um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos PREPOSTOS da CONTRATADA às suas dependências, para a execução dos serviços, conforme horários acordados;
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto incompatível com as especificações

- apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens, ou ser prejudicial à saúde de seus empregados;
- V. Receber provisoriamente e após definitivamente, os serviços que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas;
 - VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços, observados eventuais descontos devidos;
 - VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
 - VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;
 - IX. Providenciar emissão da ORDEM DE SERVIÇO ao(s) vencedor(es) da presente dispensa;
 - X. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

11.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

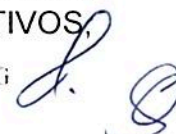
11.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos S/A, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO

12.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

13.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS



veiculado por meio da Instrução Normativa nº 004/2021 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS - <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - Abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - Rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-004/2021-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN - 011 /2018 - Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

14.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - "Prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - "Prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - "Prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - "prática obstrutiva" significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA ou do CONTRATO, pela CONTRATADA implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

16.2. Da advertência:

16.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal a CONTRATADA, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será a CONTRATADA advertida sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

16.3. Da multa:

16.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I – Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III – multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas.
- IV – Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - a) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - b) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - c) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;

- d) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
 - e) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - f) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
 - g) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - h) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
 - i) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- V - Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;**
- VI- Indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.**

16.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 16.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

16.3.3 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

16.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

16.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

16.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

16.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

16.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa,

ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no EDITAL e no CONTRATO e das demais cominações legais.

16.5. Dos procedimentos

16.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do LICITANTE/CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

16.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

16.5.2.1. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

16.5.3. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

- I. Julgar as defesas prévias;
- II. Receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

16.5.4. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

16.5.4.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo

16.5.4.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. execução da garantia de execução do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente;
- III. Adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

17.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

17.2. A CONTRATADA compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

17.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

17.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.4.1. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do **cumprimento do objeto deste instrumento contratual**.

17.4.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

17.5. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato/convênio/parceria, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

17.5.1. A CONTRATADA não será permitida deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.5.1.1 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.



17.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.6.1 A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

17.7. A CONTRATADA fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, Lei geral que trata da Proteção de Dados (LGPD).

17.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

17.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
 - f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
 - h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
 - j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
 - k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
 - l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
 - n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

[Handwritten signature]

18.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.3. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

- I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;
- I. Retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DISPENSA DE GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Dada a natureza da prestação de serviço não será exigida da EMPRESA CONTRATADA a constituição de garantia de execução do CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

20.2. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.3. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

20.4. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO


21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.2. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2022.


Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor da Diretoria de Negócios
PBH ATIVOS


Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBH ATIVOS


Andrea Luisa Ribeiro de Menezes
Sócia/Diretora
OPC ENGENHARIA EM ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE
OBRAS LTDA.

Testemunhas:

Nome: Ana Louise Martins Jacinto
CPF: 424.501.056-85

Nome: MARIO ANTONIO A. F. NOL
CPF: 924.844.176-91

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Com base nos Anexos I e II disponibilizados para o estudo da proposta a ser feita, segue abaixo orientação básica para a prestação do serviço, objeto desta licitação:

- Visita de campo ao local da obra;
- Levantamento dos quantitativos e preços de serviços dos itens mais relevantes;
- Elaboração das memórias de cálculos;
 - Cotação dos serviços, materiais e equipamentos que estiverem devidamente especificados no projeto, além daqueles que forem incorporados por serem extremamente necessários;
 - Elaboração da planilha da proposta utilizando o software Excel e a base de dados da SUDECAP, sempre que possível;
 - Elaboração de composições de custo dos serviços não contemplados na base de dados da SUDECAP;
- Elaboração de Cronograma Físico-Financeiro.

2. Metodologia a ser adotada:

Para a realização dos trabalhos, a proposta deverá ser fracionada da seguinte forma:

- Serviços Iniciais;
- Projetos;
- Canteiro de obra;
- Locação de obra;
- Demolições e Terraplenagem;
- Serviços de proteção;
- Contenções
- Impermeabilização;
- Paredes e Fechamentos;
- Instalações Elétricas;

ser
Assp



- Instalações Hidráulicas;
 - Instalações de Incêndio;
 - Acabamentos (pisos, paredes, tetos, bancadas, louças, metais, etc).
 - Vidros, portas e esquadrias;
 - Revestimentos externos;
 - Serralheria;
 - Áreas Externas;
 - Equipamentos, programas e softwares;
 - BDI.
3. As propostas deverão ser entregues com a separação descrita acima e também de forma agregada por equipamento integrante do Complexo da Pampulha.
4. Os serviços serão executados, sem exclusividade, por empreitada por preço global, competindo à Contratada dimensionar e alocar todos os recursos e insumos necessários.
5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a PBH Ativos S.A, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

f.8

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: Serviços de levantamento de proposta incluindo quantitativos e preços das intervenções previstas na futura concessão de bem público visando a gestão, reforma, requalificação, manutenção e demais serviços associados do Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Aquário do Rio São Francisco e Parque Ecológico da Pampulha, que compõem o Complexo da Pampulha.

MEMORIAL DESCRITIVO: O Projeto abrange quatro grandes equipamentos por um período de 30(trinta) anos, sendo eles:

- a. **Jardim Zoológico:** Fundado em 1959, o Jardim Zoológico da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica se transformou em um importante espaço de lazer e principalmente de educação ambiental para visitantes de Belo Horizonte e de outras cidades do país. O Zoológico de BH possui aproximadamente 3 mil animais de mais de 250 espécies entre répteis, aves, anfíbios e mamíferos. Área total: 1,2 milhão de m².
- b. **Jardim Botânico:** tem papel de destaque em programas educativos, de pesquisas e de conservação de espécies da flora. O Jardim Botânico colabora na criação de políticas públicas e no desenvolvimento de programas educativos e de pesquisas. É instituição de referência nas áreas de Botânica Aplicada e Fitossanitarismo. Suas prioridades são estudos e ações voltados para a conservação da flora regional, com destaque para as espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção. Na área de visitação do Jardim Botânico, há lagos com espécies aquáticas, praças e recantos para descanso e lazer, incluindo as estufas temáticas da Mata Atlântica, Caatinga e Campo Rupestre. Há ainda a história evolutiva das plantas, contemplando formas de reprodução e dispersão de sementes nas Estufas de Evolução. O equipamento compreende o Jardim de Plantas Medicinais, Aromáticas e Tóxicas, árvores e palmeiras brasileiras, bromélias, folhagens, flores e trepadeiras. A área objeto da concessão é de 120 mil m².

Aquário da Bacia do Rio São Francisco: Inaugurado no dia 5 de março de 2010, o Aquário Bacia do Rio São Francisco, localizado dentro do Zoológico de BH, é resultado de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Ministério do Meio Ambiente. Ocupa uma área de aproximadamente 3000m², em dois pavimentos, e abriga 22 recintos (tanques) que, em seus variados tamanhos e formatos, contam com um total de mais de 1 milhão de litros de água. Esses recintos foram ambientados de forma a representar o rio São Francisco, um dos mais importantes do país, propiciando as condições adequadas para manutenção de espécies sob cuidados humanos. A maior atração do complexo é o "Aquário São Francisco", com capacidade para 450 mil litros de água e que representa um "braço" do Velho Chico (como é conhecido o Rio). Nele estão representados, de

forma cenográfica, tanto a margem quanto o fundo do rio. A diversidade da vida também é representada através das relações complexas e dependentes da fauna, da flora e do homem. O Aquário da Bacia do Rio São Francisco é o maior entre os temáticos do Brasil e destaca várias riquezas culturais do "Velho Chico". Entre as 60 espécies de peixes que o visitante poderá conhecer de perto estão dourados, curimatãs, matrinxãs, piaus, pacamãs, cascudos, lambaris, mandis, piranhas, pacus, curimbas, piabas, surubins e pirambebas. Além das nativas, o visitante também poderá conhecer espécies exóticas como a carpa, a tilápia, o pacu-caranha e o tamboatá. A infraestrutura é composta ainda por auditório, espaços de exposição lúdicos, jardins, laboratório, lagoa marginal e lojinha. Área de 3.000 m²;

d.Parque Ecológico da Pampulha: O Parque Ecológico Francisco Lins do Rêgo, conhecido como Parque Ecológico da Pampulha, foi inaugurado em 21 de maio de 2004, resultado de uma história de recuperação ambiental. Suas características, pouco comuns no Brasil, proporcionam às pessoas uma integração direta com o meio ambiente. Possui extensa área verde, sendo propício para a caminhada, para andar de bicicletas, praticar slackline, soltar pipa, fazer piquenique e descansar. Nele também foi construído o Memorial Minas-Japão, monumento construído em 2009 em comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil. Área: 400mil m².

DESCRIÇÕES BÁSICAS

Abaixo são apontadas as principais intervenções a serem executadas durante a concessão:

1. Reforma e ampliação de estacionamentos,
2. Construção de quadras poliesportivas,
3. Construção de lojas e quiosques,
4. Construção de áreas de lazer e eventos,
5. Construção e reforma de sanitários masculinos e femininos,
6. Construção de bares, restaurantes e lanchonetes,
7. Reforma e adequação de recintos de animais,
8. Reforma, adequação e construção de áreas administrativas,
9. Criação de áreas verdes de vegetação,
10. Construção de áreas técnicas (galpões, recintos, manejo de animais, veterinária, estrutura de funcionários)
11. Outras obras civis (praças de circulação, anfiteatro, reforma de estufa).

ANEXO III



OPC

Engenharia em Orçamento, Planejamento e Controle de Obras Ltda

PROPOSTA DE PREÇOS

Dispensa de valor nº 010/2022
Processo administrativo número 01.22.172 - Empresa PBH Ativos S.A.

Nome Empresarial: OPC Engenharia em Orçamento, Planejamento e Controle de Obras Ltda	CNPJ: 10.884.194/0001-99
Endereço: Rua Turquesa 494 sala 306, bairro Prado, Belo Horizonte / MG cep: 30.411-177	
Telefone: (31) 2555-9010 (31) 9 9971-9449	E-mail: opc.orcamento@gmail.com
Banco: Itaú - Nome/nº agência: Belo Horizonte / Prado - nº 7842	Conta bancária: 02153-1

(*) endereço de e-mail que será obrigatoriamente utilizado para cadastramento do(s) representante(s) legal(is) da licitante na hipótese de ser adjudicatária, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informação - SEI ALMG.

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Execução do serviço comum de engenharia para levantamento dos quantitativos e preços para as obras de reforma e requalificação do Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Aquário do Rio São Francisco e Parque Ecológico da Pampulha, que compõem o Complexo da Pampulha	1	R\$ 37.395,06	R\$ 37.395,06
				R\$ 37.395,06

Prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias consecutivos.

No preço proposto estão incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições para prestação do serviço, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, mão de obra,

materiais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto desta contratação.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2022

ANDREA LUISA RIBEIRO DE MENEZES:00228351642

Assinatura digital de ANDREA LUISA RIBEIRO DE MENEZES:00228351642
Data: 2022.07.25 11:54:13 -03:00
Andrea Luisa Ribeiro de Menezes - Sócia Diretora
Representante Legal da Empresa
CREA-MG 72.006/D - CI SSP/MG 6.508.296 - CPF 002.283.516-42

Empresa: OPC Engenharia em Orçamento, Planejamento e Controle de Obras LTDA
E-mail: opc.orcamento@gmail.com
CNPJ 10.884.194/0001-99
Inscrição Estadual: Isento
Rua Turquesa, 494 sala 306 - Bairro Prado - Belo Horizonte - MG - cep 30411-177